

O cerco policial do Santuário de Fátima



Às vésperas do centésimo terceiro aniversário das aparições de Fátima, a Guarda Nacional Republicana portuguesa iniciou a operação “Fátima em casa”, com o objetivo de impedir que peregrinos tivessem acesso ao santuário neste 13 de maio.

Roberto De Mattei.

Adelante la Fé, 13 de maio de 2020.

[].

Tradução. Bruno Braga.

Às vésperas do centésimo terceiro aniversário das aparições de Fátima, a Guarda Nacional Republicana portuguesa iniciou no último dia 09 de maio a operação “Fátima em casa”, com o objetivo de impedir que peregrinos tivessem acesso ao santuário neste 13 de maio. A notícia foi dada por Vítor Rodriguez, chefe de operações, que elogiou a “fantástica

atitude de colaboração” dos membros da Igreja Católica, que cooperaram com a GNR “durante muitas semanas”. Em virtude dessa operação de “confinamento”, o Santuário de Fátima foi colocado sob a vigilância de membros da Guarda Nacional, com a missão de evitar que os fiéis se aproximem sem uma justificativa razoável []. Está claro que, para as autoridades, rezar não é uma justificativa razoável. Na prática, não só bloquearam todas as vias de acesso, mas também outros centros de devoção, como Aljustrel, povoado natal de Lúcia, Francisco e Jacinta; Valinhos, lugar da aparição de agosto, e a própria *Via Crucis*.

Parece que voltamos às vésperas da Revolução Francesa, quando o jansenismo, o galicanismo, o iluminismo e o catolicismo iluminado – forças díspares e heterogêneas, mas sob o denominador comum do ódio à Igreja de Roma – misturavam-se e redobravam esforços à sombra das lojas maçônicas com a ambição de destruir definitivamente a ordem religiosa e social que sustentava a Cristandade.

A limitação das atividades da Igreja ao âmbito da consciência se baseava na ideia de que somente o Estado tinha autoridade sobre a sociedade. Mas despojar a Igreja de sua missão pública significa condená-la a uma lenta asfixia e posteriormente à morte. O representante dessa política anticatólica em Portugal foi José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, destacado expoente da Maçonaria e chefe do Governo entre 1750 e 1777, sob o reinado de José I de Bragança. No Império da Áustria, José II de Habsburgo-Lorena implementou uma política similar entre 1765 e 1790, conhecida como *Josefismo*. O soberano nomeava Bispos e abades, intervinha na vida das ordens religiosas e se apresentava como reformador da disciplina eclesiástica. Direitos tradicionalmente atribuídos à Igreja, como a educação e a instituição mesma do matrimônio, foram assumidos pelo Estado. Os confiscos do patrimônio eclesiástico, o fechamento dos conventos e seminários, uma nova distribuição das dioceses, uma regulamentação minuciosa

do culto e a influência doutrinal do Estado na formação do clero, priorizando as correntes heterodoxas, levaram ao ápice o processo de secularização da casa real de Habsburgo. “Com este governo filosófico – afirmará o filósofo suíço Carl Ludwig von Haller em um célebre texto -, já nada era sagrado: nem propriedade, nem lei natural, nem promessas, nem contratos ou direito privado” (*La restaurazione dela scienza politica*, tr. It., Turim, Utet, 1963, vol. I, p. 280).

A diferença de antes para hoje é que naquela época a política laicista foi realizada por governos fortes, às vezes com a colaboração dos Bispos, mas sempre contra a Cátedra de Roma. Os Papas condenaram energicamente tal política. Hoje em dia, ao contrário, governos débeis e incompetentes exercem uma política análoga, em muitos casos com a colaboração dos Bispos, e sempre com a tácita aprovação da autoridade de Roma. Bastaria certamente uma palavra clara do Papa Francisco para desbaratar essa manobra anticlerical e dar novamente voz ao *povo de Deus*, que com o coronavírus se mostra, não submisso, e sim mais vivo e disposto a resistir ao que foi realizado até o momento.

Em um ambiente de crescente confusão, o cerco do Santuário de Fátima pela Guarda Nacional portuguesa é tão escandaloso quanto o fechamento das piscinas de Lourdes no dia 1 de março. No entanto, a maior responsabilidade do escândalo não recai sobre as autoridades militares portuguesas, mas sobre as autoridades eclesiais, a começar pelo Cardeal Marto, Bispo de Leiria-Fátima. Tais autoridades ofereceram, ou quem sabe solicitaram, colaboração às autoridades civis para proibir as peregrinações no aniversário das aparições de Fátima.

O atual espírito de submissão ao mundo e às suas autoridades por parte dos prelados lusitanos e do próprio Papa Francisco deixa entrever que em futuro não importará a esses clérigos submeter-se ao islã, aceitando conviver em regime de *sharíá* – isto é, em total subordinação – aos que desejam converter a Europa na terra de Maomé. O caso de Silvia Romano, a

voluntária italiana sequestrada no Quênia em 20 de novembro de 2018, e libertada na Somália, no último dia 09 de maio, é emblemático. Essa garota, que trabalhava em uma ONG, no Quênia, após dezoito meses como prisioneira reapareceu como uma convicta seguidora do Corão. A igreja do seu bairro a recebeu entusiasmadamente. Está claro que, para o seu pároco, a apostasia é um mal menor em comparação com o bem da liberdade recuperada. Atualmente, junto com a saúde, a liberdade contra toda restrição parece ser para todos o bem supremo. No caso de Silvia Romano, falou-se em síndrome de Estocolmo, esse estado particular de dependência psicológica que se manifesta em muitas vítimas de violência. Mas diria que hoje a síndrome de Estocolmo é o estado psicológico e moral do Vaticano e de boa parte das conferências episcopais para com os poderes laico-maçônicos do Ocidente e com o islã que avança.

A coisa adquire maior gravidade, caso se tenha em conta que, exatamente em Fátima, a Santíssima Virgem pediu oração e penitência, tanto privada quanto pública, para evitar os castigos que pairam sobre o mundo. Mas, neste 13 de maio, o Santuário de Fátima está imerso em um vazio fantasmagórico, como Lourdes e como a Basílica de São Pedro durante a Semana Santa. É difícil não ver em acontecimentos tão simbólicos a proximidade dos grandes castigos anunciados pela própria Virgem em Fátima. A proibição para os fiéis católicos de manifestar publicamente sua devoção à Virgem no seu santuário aproxima a hora dos mencionados castigos, que talvez foram iniciados já com o coronavírus. Esquecer a iminência desses castigos para perseguir os propagadores da peste pode conduzir-nos a um labirinto perigoso.

Quem não recorda a presença da mão de Deus nas calamidades ao longo da história mostra que não ama a justiça divina. E quem não ama a justiça de Deus corre o risco de não merecer sua misericórdia. O isolamento do Santuário de Fátima, mais que o fechamento de um lugar, parece o silêncio imposto a uma

mensagem.